

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO Nº ___, 2023

(das Sras. Luciene Cavalcante, do Sr. Tarcísio Motta e das Sras. Daiana Santos e Erika Hilton)

Requer a realização do XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional, *in memoriam* de David Miranda.

Senhor (a) Presidente,

Requeremos, com base no artigo 24, XIII combinado com 32, VIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional, *in memoriam* de David Miranda, **com o tema: Reconstrução de Políticas Públicas para a Cidadania LGBTQIA+**, a ser realizado conjuntamente entre as Comissões de Educação, Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Legislação Participativa, de Defesa dos Direitos das Mulheres, de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, de Cultura, de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Ciência, Tecnologia e Inovação, todas da Câmara dos Deputados, e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, nos dias 28 e 29 de junho de 2023.

Para a realização do referido seminário, faremos a sugestão dos convidados posteriormente.

JUSTIFICATIVA

O Levante de Stonewall, que aconteceu em 28 de junho de 1969, no Stonewall Inn, bar no bairro de Greenwich Village, em Nova York, nos Estados Unidos, iniciou o que hoje comemora-se, em 28 de junho, o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. A data é um importante marco da luta pelos direitos da população LGBTQIA+, principalmente no combate à lgbtfobia e pela cidadania plena do grupo.

No Brasil, a data de 28 de junho também está no calendário nacional, sendo palco de manifestações e reivindicações históricas do movimento LGBTQIA+ por direitos, pelo combate à discriminação e pelo respeito à cidadania LGBTQIA+ em suas diferentes formas de manifestação e expressão. Nessas manifestações, soma-se a luta por políticas



públicas que garantam o direito à saúde integral desta população, a inclusão e permanência na educação, no mercado de trabalho e pelo reconhecimento civil das identidades de gênero e suas expressões, bem como reivindica-se por uma rede de prevenção efetiva e proteção contra a discriminação e a violência

À época, o bar Stonewall Inn, era um dos poucos estabelecimentos frequentados por pessoas pertencentes a minorias étnicas e sexuais, sendo alvo, portanto, de perseguição pela polícia local, com frequentes batidas policiais e prisões arbitrárias. O respaldando, no período, às polícias, para o uso da violência contra o grupo tem relação com a legislação discriminatória revogada pouco anos antes do levante de Stonewall, como a criminalização dos relacionamentos entre pessoas do mesmo gênero e a proibição das pessoas LGBTQIA+ de reunirem-se em locais públicos.

Mesmo com a revogação das leis, uma violenta abordagem policial quando agentes tentaram prender 13 pessoas, em 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, despertou a revolta das pessoas e uma série de mobilizações, com milhares de pessoas. Com a repercussão do episódio, a população organizou-se em protestos para enfrentar as condutas discriminatórias dos agentes do Estado, para garantir que pessoas da comunidade LGBTQIA+ e outras minorias, pudessem ter segurança e liberdade para frequentar quaisquer espaços. Foi incentivado a formação de coletivos, organizações e frentes de luta contra a discriminação e pelos direitos da população LGBTQIA+, como também, o evento foi propulsor do que é considerada a primeira Parada Gay dos Estados Unidos, quando uma multidão marchou do bar até o Central Park.¹

A resistência à violência policial e a barbarie também são propulsoras de movimentações intensas contra a discriminação sexual no Brasil. Em 1980, no dia 13 de junho, centenas de pessoas reuniram-se na frente do Theatro Municipal de São Paulo sob convocação contra a “repressão generalizada sobre as bichas, lésbicas, travestis, prostitutas, negros e marginalizados em geral”, o grupo marchou contra as operações de “limpeza” das polícias civil e militar, no centro de São Paulo, onde a “Operação Rondão” ou “Operação Limpeza” atuava com medidas arbitrárias contra as vidas de pessoas marginalizadas. Sendo classificada pelos movimentos antidiscriminatórios como uma política de terrorismo oficial, que expulsava, prendia e matava às LGBTs com anuência do Estado.²

¹ Ver mais em:

<<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/06/28/o-que-foi-a-rebeliao-de-stonewall-inn-que-deu-origem-ao-dia-do-orgulho-gay.htm>> Acesso em 08/05/2023.

² MARTINS, Alexandre Nogueira. **Caminhos da criminalização da LGBTfobia: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.8.2020.tde-19022021-174812. Acesso em: 08/05/2023.



Pessoas LGBTQIA+, especialmente mulheres trans e travestis foram perseguidas constantemente pela polícia, algo que levou a esta maior estigmatização desta população, que não tinha respeito, sequer, do Estado, tratadas como marginais e perigosas, levando a um temor da população em conviver com mulheres trans e travestis, que persistem até o dia de hoje. Inclusive explica, em certo grau, a vulnerabilidade desta população que tem uma expectativa de vida de apenas 35 anos, menos da metade da população em geral.³

Os índices de violência contra a população LGBTQIA+ são muito preocupantes, de acordo com a denúncia do Observatório de Mortes e Violência LGBTI+ no Brasil, durante o ano de 2021, ocorreram 316 mortes LGBTQIA+ de forma violenta no país. Dessas mortes: 285 referem-se a assassinatos, 26 a suicídios e 5 outras causas, sendo a subnotificação também um determinante do mapeamento. Esta informação é relevante para destacar a crise de prevenção à violência e a LGBTfobia no Brasil, além de orientar, por meio de dados, uma das prioridades de ação governamental. Segundo o relatório em questão, uma pessoa LGBT+ foi morta a cada 27 horas no País em 2021, sendo registrado um aumento de 33% no índice de assassinatos contra pessoas dessa comunidade, em relação ao ano de 2020.⁴

Em termos de política de Governo, entre 2019-2022, temos que foi revogado o decreto que criou Conselho Nacional LGBTI+, órgão que voltou a ter o nome Conselho Nacional de Combate à Discriminação, com apenas três vagas para a sociedade civil, demonstrando o esvaziamento das políticas de participação da sociedade civil organizada em defesa da promoção de cidadania LGBTQIA+. Tivemos ainda, a alteração do nome da Diretoria de Promoção dos Direitos de LGBT, para Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e População em Situação de Risco, dentro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, não havendo políticas públicas para LGBTI+ em qualquer outro ministério. Além de ataques às políticas de reconhecimento da população trans e travesti, como a implementação do novo RG com o nome social sendo secundarizado, reiterando violências institucionais de não-reconhecimento das identidades de gênero do grupo.

Nos últimos anos, o apagão do orçamento, a exclusão e inércia dos espaços de participação social, das políticas de inclusão, de equidade e cidadania para as LGBTQIA+

³Ver mais em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>> Acesso em 08/05/2023.

⁴ Ver mais em:

<<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>> Acesso em 08/05/2023.

Acesso em



reiteram consequências de marginalização do grupo, tais como subempregos, falta de acesso ao mercado formal de trabalho, evasão/expulsão compulsória da escola, falta de acesso à políticas de saúde mental, entre outras. Esse status de subcidadania colocado às pessoas LGBTQIA+ durante esse período precisa ser enfrentado, com compromisso e prática política que coloque os direitos humanos dessa população como uma das centralidades de uma democracia plena que almejamos para o Brasil.

Nesse contexto de invisibilização das pessoas LGBTQIA+ na gramática de direitos humanos, temos que, a reconstrução das políticas públicas para a população LGBTQIA+ no país enfrenta desafios, contudo, o movimento LGBTQIA+ brasileiro traça caminhos e proposições de superação das discriminações e da falta de reconhecimento do grupo nas formulações de políticas públicas. O compromisso pela emancipação social, expressa-se nas orientações, construções e diligências políticas refinadas em defesa das pessoas LGBTQIA+, da promoção de direitos e pelo fim da violência LGBTfóbica.

Em devida construção, houve a decretação do Conselho Nacional dos Direitos LGBTQIA+, sob custódia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, na função ajudar na elaboração e execução de ações e medidas governamentais para pessoas que integram a comunidade LGBTQIA+; e a criação de um Grupo de Trabalho Técnico (GTT) para propor mudanças na Carteira de Identidade Nacional (CIN), buscando solucionar a problemática que envolve os campos "sexo" e "nome social" do documento que irá substituir o RG.

Portanto, a realização deste XX Seminário, que se tornou uma tradição do parlamento brasileiro permite que a pauta LGBTQIA+ adentre o legislativo para que possa criar conhecimento, reconhecimento e sensibilização política em conjunto com os parlamentares para as demandas múltiplas de cidadania, participação social e acesso à justiça do grupo. Essa comemoração de duas décadas de diálogo, construção e representatividade política das pautas LGBTQIA+ no Congresso deve ser marcada pelo enfrentamento à inércia e resistência conservadora, de ambas as Casas Legislativas, em aprovar direitos e demandas da comunidade LGBTQIA+.

Neste ano a discussão terá como foco a reconstrução das políticas públicas para a cidadania LGBTQIA+, efetivas, eficientes, democráticas e cidadãs, com coalizão para enfrentamento da LGBTfobia e da violência, por emancipação social, emprego, educação, saúde, arte, cultura e moradia. A população LGBTQIA+ é múltipla e diversa, assim como suas demandas e, neste seminário, permitirá que toda a diversidade seja claramente



apresentada e articulada para subsidiar a discussão parlamentares e as ações de reconstrução das políticas de direitos humanos no Brasil.

Este seminário, também pretende-se como evento in memoriam de David Miranda, jornalista, ex-deputado federal pelo PSOL, representante do Rio de Janeiro, cria do Jacarezinho, que faleceu no dia 9 de maio de 2023, com 37 anos, deixando três filhos e o marido, após uma batalha de 9 meses na UTI.

Em sua trajetória política, David Miranda foi o primeiro homem gay eleito para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, pelo Psol, e assumiu vaga na Câmara de Deputados, com a bandeiras de defesa dos direitos humanos, da população negra e das pessoas LGBTQIA+.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 2023.

Deputada LUCIENE CAVALCANTE - PSOL/SP

Deputado TARCÍSIO MOTTA - PSOL/RJ

Deputada DAIANA SANTOS - PCdoB/RS

Deputada ERIKA HILTON - PSOL/SP

